

# Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023 e 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Acionistas

### ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A.

#### Barcarena, Pará

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes  
Contador CRC RJ-112066/O-0

# Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	366.640	143.331	Fornecedores:			
Contas a receber de clientes:				Partes relacionadas	11	232.037	149.166
Partes relacionadas	11	18.425	27.081	Terceiros	18	164.307	184.076
Terceiros	9	261.880	217.530	Obrigações de aquisições de coligadas			-
Estoques	10	936.656	1.185.012	Partes relacionadas	11 e 19	28.916	
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	3.894	6.202	Terceiros	19	59.109	
Impostos e contribuições a recuperar	12	110.604	195.422	Empréstimos e financiamentos	20	669.249	178.299
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	22.957	20.892	Arrendamentos	21	40.317	40.016
Adiantamento a fornecedor de energia	24 (a)	58.300	58.300	Impostos e contribuições		29.038	67.979
Depósitos em garantias	13	91.296		Salários, provisões e encargos sociais		56.479	55.903
Instrumentos financeiros derivativos	7.3	128.480	81.937	Outras contas a pagar com partes relacionadas	11	76.424	26.379
Outros recebíveis	14	14.327	162.266	Provisões	22	7.960	5.996
		<u>2.013.459</u>	<u>2.097.973</u>	Dividendos a pagar	11 (a) e 23(g)	365.025	365.025
				Outros		2.264	2.302
						<u>1.731.125</u>	<u>1.075.141</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	192.086	70.237	Empréstimos e financiamentos	20	522.598	531.592
Impostos e contribuições a recuperar	12	379.653	210.117	Arrendamentos	21	53.378	82.787
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15	57.696	57.696	Provisões	22	88.707	101.508
Depósitos judiciais	22 (a)	9.188	5.377	Passivo diferido	7.3.1 (b)	56.703	25.264
Adiantamento a fornecedor de energia	24 (a)	4.858	63.158	Instrumentos financeiros			
Depósitos em garantias	13	163.732	-	Partes relacionadas	7.3	147.234	-
Instrumentos financeiros				Terceiros	7.3.1 (b)	766	16.657
Partes relacionadas	7.3	-	16.592	Outros		12.085	13.176
Terceiros	7.3	143.436	-			<u>881.471</u>	<u>770.984</u>
Instrumentos financeiros derivativos	7.3	40.911	57.175	<b>Patrimônio líquido</b>	23		
Outros ativos		<u>31.241</u>	<u>23.298</u>	Capital social:		652.244	575.744
		1.022.801	503.650	Residentes no país		626.666	553.166
				Residentes no exterior		1.278.910	1.128.910
Investimento em coligadas	17	105.679	-	<b>Total do patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	16	2.164.750	2.000.091	Reservas de capital		14.584	15.523
Intangível		519	599	Reserva de lucros		1.291.815	1.562.713
				Ajuste de avaliação patrimonial		109.303	49.042
						<u>2.694.612</u>	<u>2.756.188</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>5.307.208</u>	<u>4.602.313</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>5.307.208</u>	<u>4.602.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

## Demonstrações do resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
<b>Receita operacional líquida</b>	24 (b)	5.431.681	6.014.346
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços</b>	24 (c)	(5.513.167)	(5.242.812)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<u>(81.486)</u>	<u>771.534</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Com vendas e comerciais	25	(133.670)	(156.117)
Gerais e administrativas	25	(211.019)	(179.314)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	<u>90.659</u>	<u>240.840</u>
		<u>(254.030)</u>	<u>(94.591)</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<u>(335.516)</u>	<u>676.943</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	26	(128.459)	(201.496)
Receitas financeiras	26	<u>70.288</u>	<u>95.681</u>
		<u>(58.171)</u>	<u>(105.815)</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>(393.687)</u>	<u>571.128</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>			
Corrente	15	-	(125.649)
Diferido	15	<u>121.850</u>	<u>49.745</u>
		<u>121.850</u>	<u>(75.904)</u>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<u><u>(271.837)</u></u>	<u><u>495.224</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

### Demonstrações do resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<u>(271.837)</u>	<u>495.224</u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado		
Hedge de fluxo de caixa	91.700	186.186
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	<u>(31.438)</u>	<u>(63.303)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(211.576)</u></u>	<u><u>618.107</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros					Lucros (prejuízo) acumulados	Total
	Capital Social Subscrito	Especial Lei 8.200/91 artigo 2º	Reserva especial	Incentivos fiscais	Legal	Reserva de expansão e investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.128.910</b>	<b>16.490</b>	<b>69.970</b>	<b>177.877</b>	<b>192.250</b>	<b>862.139</b>	<b>(73.841)</b>	<b>-</b>	<b>2.373.795</b>
Realização de reservas	-	(967)	-	-	-	-	-	967	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	495.224	495.224
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	122.883	-	122.883
Destinação dos lucros									
Reserva Legal	-	-	-	-	24.761	-	-	(24.761)	-
Dividendos Mínimos obrigatórios (50%) Lei 10.303 Art 202	-	-	-	-	-	-	-	(235.715)	(235.715)
Reserva de expansão e investimentos lei S.A art 189	-	-	-	-	-	235.715	-	(235.715)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.128.910</b>	<b>15.523</b>	<b>69.970</b>	<b>177.877</b>	<b>217.011</b>	<b>1.097.854</b>	<b>49.042</b>	<b>-</b>	<b>2.756.188</b>
Realização de reservas	-	(939)	-	-	-	-	-	939	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(271.837)	(271.837)
Reserva especial	-	-	(69.970)	-	-	-	-	69.970	-
Reserva de expansão e investimentos	-	-	-	-	-	(200.928)	-	200.928	-
Hedge Accounting	-	-	-	-	-	-	60.261	-	60.261
Emissão de ações ordinárias AGE 01.11.2023	150.000	-	-	-	-	-	-	-	150.000
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.278.910</b>	<b>14.584</b>	<b>-</b>	<b>177.877</b>	<b>217.011</b>	<b>896.926</b>	<b>109.303</b>	<b>-</b>	<b>2.694.612</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Albras - Alumínio Brasileiro S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	(271.837)	495.224
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	267.282	214.995
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(121.850)	1.257
Provisões para processos judiciais	(7.070)	(561)
Provisão para participação no resultado	36.483	36.260
Provisão TERPAZ	59.520	-
Despesas com Efeito do IPC 89	(7.235)	(113.241)
Operação com derivativos, líquida	45.528	119.364
Provisão com perdas esperadas	552	(2.066)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(74.560)	(29.046)
Despesas com juros de empréstimos	67.234	26.391
Despesas financeiras sobre arrendamentos	11.446	8.615
Valor residual do ativo imobilizado baixado por alienação	31.774	27.794
Revisão PIS/COFINS	(30.586)	(87.523)
	<u>6.681</u>	<u>697.463</u>
<b>Variações em:</b>		
Clientes	(35.142)	288.650
Estoques	218.919	(262.915)
Impostos e contribuições à recuperar	(125.951)	(158.600)
Outras contas a receber com partes relacionadas	2.308	925
Depósitos judiciais	(4.372)	11.349
Adiantamento a fornecedor de energia	58.300	58.299
Depósitos em garantias	(91.296)	-
Outros recebíveis	132.761	7.123
Contas a pagar a fornecedores terceiros e partes relacionadas	63.215	(161.968)
Impostos e contribuições	2.377	180.066
Salários e encargos sociais a recolher	37.059	48.136
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(9.475)	11.658
Outros passivos	(19.062)	7.136
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>229.641</u>	<u>29.859</u>
Juros pagos	(51.883)	(24.430)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.318)	(167.804)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>143.121</u>	<u>535.088</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos:</b>		
Adições ao imobilizado e intangível	(544.740)	(671.027)
Ajuste imobilizado (PIS e Cofins)	-	8.463
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<u>(544.740)</u>	<u>(662.564)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>		
Pagamento de empréstimos - principal	(376.523)	(328.497)
Captação de empréstimos - principal	905.975	548.377
Aporte de capital	150.000	-
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	(218)	-
Dividendos pagos a acionistas	-	(129.310)
Pagamento de arrendamentos	(54.306)	(23.843)
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>624.928</u>	<u>66.727</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>223.309</u>	<u>(60.749)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	143.331	204.080
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>366.640</u>	<u>143.331</u>
	<u>223.309</u>	<u>(60.749)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)*

### **1 Contexto operacional**

A ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. ("Companhia" ou "ALBRAS"), com sede na cidade de Barcarena, Pará, foi constituída em outubro de 1974 tendo por objetivo principal a industrialização e a comercialização de lingotes de alumínio. O Projeto ALBRAS teve a sua construção iniciada em 1981 e a sua implantação foi programada em duas etapas de 160 mil toneladas/ano cada uma. Na primeira fase, a ativação das cubas eletrolíticas iniciou-se em julho de 1985 e atingiu plena capacidade em dezembro de 1986. A construção da 2ª fase foi iniciada em outubro de 1987 e a ativação das cubas eletrolíticas ocorreu de maio de 1990 a fevereiro de 1991. Em 1993, como fruto de melhorias operacionais implantadas, a capacidade nominal plena foi redefinida passando de 320 mil para 345 mil toneladas/ano. Em dezembro de 2001, a Companhia concluiu a expansão de seu parque industrial elevando a sua capacidade de produção para 460 mil toneladas/ano a partir de 2002.

Em 2023, a Albras produziu 450 mil toneladas de alumínio líquido (405 mil toneladas em 2022), sendo 373 mil toneladas (331 mil toneladas em 2022) destinadas à produção de lingotes de alumínio primário e 77 mil toneladas (74 mil toneladas em 2022) de metal primário em forma líquida.

Em 2023 foram comercializadas 458 mil toneladas de alumínio (392 mil toneladas em 2022), as quais foram destinadas da seguinte forma: 241 mil toneladas para o mercado externo (392 mil toneladas em 2022) e 217 mil toneladas para o mercado interno (150 mil toneladas em 2022).

### **2 Base de preparação e apresentação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A diretoria da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 01 de março de 2024, estando as mesmas sujeitas à aprovação em assembleia de acionistas.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

A Administração da Companhia, confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- instrumentos financeiros derivativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

## **2.3 Conversão da moeda estrangeira**

### **a. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional). Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **b. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado, no grupo Resultado Financeiro, como Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 5.

## **3 Mudança nas políticas contábeis materiais**

### **3.1 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação**

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.

O ativo ou passivo fiscal diferido é reconhecido em uma base líquida. Dessa forma, não houve impacto no balanço patrimonial pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o

parágrafo 74 do CPC 32/IAS 12. Também não houve impacto sobre os lucros, prejuízos acumulados de abertura em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração.

## **4 Políticas contábeis materiais**

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis.

### **4.1 Instrumentos financeiros**

#### *Ativos financeiros*

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O reconhecimento do ativo financeiro é quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, com exceção as contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foi originado.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: Ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

#### *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Perdas de crédito esperadas, quando aplicáveis, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No modelo de negócios adotado pela Companhia, o risco em relação às perdas no saldo do contas a receber é bastante limitado, haja vista que uma quantidade significativa das receitas são direcionadas para empresas relacionadas. Isso pode ser observado pela inexistência de perdas materiais históricas em nossos recebíveis. Para as vendas para terceiros, é realizada a análise de crédito onde se determina a capacidade máxima de vendas. Para a qualidade de crédito de instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas principais agências internacionais de *rating*.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

### ***Passivos financeiros***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

## **4.2 Investimentos em coligadas**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada. Um investimento em uma coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada. Na aquisição do investimento em uma coligada, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. Se houver evidência objetiva de que o investimento em uma coligada está deteriorado, as exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento do Grupo.

## **4.3 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

## **4.4 Imobilizado**

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e instalações fabris	10 a 40
Equipamento de transporte	5 a 10
Máquinas, equipamento, material permanente	3 a 40
Equipamentos informática	5 a 10
Máquinas equipamentos arrendados	2 a 5
Encargos capitalizados	21 a 34
Provisão para restauração ambiental - ARO (cubas)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado como "outras receitas operacionais".

#### 4.5 **Impairment de ativo não financeiro**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

#### 4.6 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

A provisão para restauração ambiental contempla os Rejeitos de Gastos de Cubas (RGC) e a restauração de áreas utilizadas como depósito de rejeito. Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de curto e longo prazo a serem desembolsados, baseado em estudos técnicos realizados por empresa especializada, no momento de encerramento do ativo. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício, caso a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão.

A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo sendo a contrapartida no item do ativo imobilizado a que se refere. O passivo não circulante é atualizado financeiramente pela

taxa de desconto atualizada, e registrado contra o resultado do período, em resultado financeiro (variações monetárias e cambiais, líquidas). O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício.

O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor de perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

#### **4.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - Lucro Real, determinado por períodos de apuração mensais com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### **4.8 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos

tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**a. Venda de produtos - Alumínio**

A Companhia é uma fábrica de eletrólise e fundição que produz e vende lingotes de alumínio primário, alumínio ligado e alumínio primário líquido. As vendas dos lingotes de alumínio são feitas nas modalidades DAP (Delivered At Place), DAT (Delivered At Terminal), FOB (Free On Board) em navios no Porto de Vila do Conde, para exportação e mercado interno, bem como em caminhões destinados ao mercado doméstico e as vendas de alumínio líquido em modalidade CPT (Carriage Paid To), para vendas apenas no mercado interno.

Em relação à precificação das vendas realizadas para empresas relacionadas e acionistas, o material é precificado baseado no acordo básico de vendas da Companhia e qualquer potencial alteração deverá ser comunicada e aprovada pelos acionistas.

As vendas da Companhia para outros clientes (empresas não relacionadas), principalmente no mercado doméstico, são realizadas diretamente pela Albras, com contratos negociados por agentes comerciais. A validação dos preços e condição de pagamento são realizadas pela gerência da Companhia e submetida ao comitê comercial (integrantes nomeados pelos acionistas) para potencial aprovação.

Para que essa venda seja realizada os acionistas cedem à Albras o direito de comercialização de parte do metal, em contrapartida os acionistas recebem uma comissão sob o volume disponibilizado.

**4.9 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

A Albras mantém instrumentos financeiros derivativos embutidos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, call option de seu principal contrato de Energia “projeto Boa Sorte”, exercido em 2023.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, e mensurados através de outros resultados abrangentes.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia da aquisição do instrumento de *hedge*. Adicionalmente, documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

**5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

**A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

#### **B. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

#### **Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16).  
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

## **6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão assim apresentadas:

### **6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve a identificação de perdas a serem reconhecidas.

### **6.2 Provisão para restauração ambiental**

O cálculo da provisão para restauração ambiental contempla os Rejeitos de Gastos de Cubas (RGC) e restauração das áreas utilizadas como depósito de rejeitos. O passivo é reconhecido quando o ativo é construído e está pronto para uso ou quando a obrigação for incorrida se imposta em uma data posterior. As variações na valorização do passivo constituído são reconhecidas pela mudança no valor presente do passivo e classificadas como parte da despesa financeira. Passivos que dependam de

evento futuro (por exemplo, o período ou método de liquidação) são reconhecidos no valor justo do passivo, se puderem ser razoavelmente estimados.

### **6.3 Provisão para valor recuperável dos ativos (impairment)**

Anualmente, caso haja eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos bens do imobilizado. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.

### **6.4 Provisão para processos judiciais**

A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, amparados pela opinião e avaliação de expectativas de perdas ou êxitos de seus consultores legais externos e assessores jurídicos internos. As provisões para as eventuais perdas prováveis são registradas no balanço, e para as contingências de prognósticos possíveis essas são publicadas em nota explicativa .

### **6.5 Instrumentos financeiros Derivativos**

A contabilização do *hedge* é realizada mensalmente, onde o valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pré-fixadas são baseadas em taxas cotadas a preços futuros (*forwards*).

### **6.6 Influência Significativa**

A Companhia concluiu ter influência significativa em seu investimento em coligada (vide Nota Explicativa nº 17), já que possui a prerrogativa de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais da investida.

## **7 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

### **7.1 Gestão de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### **a. Risco de mercado**

##### **(i) Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar Americano (USD). O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos.

A Administração estabeleceu uma política que exige que Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da entidade. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia fornecido pela Administração baseia-se na sua política de gerenciamento de risco, conforme abaixo:

	2023				2022			
	RS	USD	EUR	CHF	RS	USD	EUR	CHF
Caixas e equivalentes de caixa	159.790	33.006	-	-	103.354	19.808	-	-
Contas a receber de terceiros e partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Deposito em garantia	255.028	52.500	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	(396.344)	(38.838)	-	-	(359.621)	(20.603)	(4)	(7)
Empréstimos e financiamentos	(1.191.847)	(245.887)	-	-	(709.891)	(136.232)	-	-
<b>Exposição líquida do balanço patrimonial</b>	<b>(1.173.373)</b>	<b>(199.219)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(966.158)</b>	<b>(137.027)</b>	<b>(4)</b>	<b>(7)</b>
Contratos Cambiais Futuros (NDF)	166.006	339.000	-	-	74.306	314.000	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.619	475	-	-	64.740	11.249	-	-
<b>Exposição líquida instrumentos financeiros</b>	<b>168.625</b>	<b>339.475</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>139.046</b>	<b>325.249</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### **Análise de sensibilidade**

A Administração da Companhia estima os seguintes efeitos quando aplicados os testes de sensibilidade para cenários que variam de 25% e 50% , a fim de apresentar a parcela de acréscimo na deterioração na variável de risco considerada, sobre os valores de empréstimos e financiamento e contratos a termo atrelados ao dólar, separadas pelas dívidas atreladas ao dólar-americano. A Companhia considerou no cenário provável as projeções da taxa de câmbio na data do balanço (orçamento aprovado pela Administração), conforme abaixo:

Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
<b>Instrumentos em moeda estrangeira US\$</b>								
Dívida atrelada ao dólar				5,69%	7,11%	8,53%	4,27%	2,84%
Posição Passiva em 31/12/2023	1.181.847	US\$		1.259.638	1.276.585	1.293.533	1.242.690	1.225.742
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	(67.791)	(84.738)	(101.686)	(50.843)	(33.895)
<b>Instrumentos em moeda estrangeira US\$</b>								
Dívida atrelada ao dólar				-3,53%	-4,42%	-5,30%	-2,65%	-1,77%
Posição Passiva em 31/12/2022	709.891	US\$		684.807	678.536	672.265	691.078	697.349
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	25.084	31.355	37.626	18.813	12.542

Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário II + deterioração de 50%	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
<b>Contratos a termo (NDF)</b>								
Dívida atrelada ao dólar				4,83%	6,03%	7,24%	3,62%	2,41%
<b>Posição Ativa em 31/12/2023</b>	<b>310.000</b>	<b>US\$</b>		<b>324.964</b>	<b>328.705</b>	<b>332.447</b>	<b>321.223</b>	<b>317.482</b>
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	(14.964)	(18.705)	(22.447)	(11.223)	(7.482)
<b>Operação</b>								
	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Ganho/ (Perda) Potencial</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I + deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II + deterioração de 50%</b>	<b>Cenário I - deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II - deterioração de 50%</b>
<b>Contratos a termo (NDF)</b>								
Dívida atrelada ao dólar				-3,88%	-4,86%	-5,83%	-2,91%	-1,94%
<b>Posição Ativa em 31/12/2022</b>	<b>238.812</b>	<b>US\$</b>		<b>229.534</b>	<b>227.215</b>	<b>224.895</b>	<b>231.853</b>	<b>234.173</b>
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	9.277	11.597	13.916	6.958	4.639
<b>Operação</b>								
	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Ganho/ (Perda) Potencial</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I + deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II + deterioração de 50%</b>	<b>Cenário I - deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II - deterioração de 50%</b>
<b>Contratos a termo (NDF)</b>								
Dívida atrelada ao dólar				4,83%	6,03%	7,24%	3,62%	2,41%
<b>Posição Passiva em 31/12/2023</b>	<b>29.000</b>	<b>US\$</b>		<b>30.400</b>	<b>30.750</b>	<b>31.100</b>	<b>30.050</b>	<b>29.700</b>
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Perda	(1.400)	(1.750)	(2.100)	(1.050)	(700)
<b>Operação</b>								
	<b>Exposição</b>	<b>Risco</b>	<b>Ganho/ (Perda) Potencial</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário I + deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II + deterioração de 50%</b>	<b>Cenário I - deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II - deterioração de 50%</b>
<b>Contratos a termo (NDF)</b>								
Dívida atrelada ao dólar				-3,88%	-4,86%	-5,83%	-2,91%	-1,94%
<b>Posição Passiva em 31/12/2022</b>	<b>75.188</b>	<b>US\$</b>		<b>72.267</b>	<b>71.536</b>	<b>70.806</b>	<b>72.997</b>	<b>73.727</b>
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			Ganho	2.921	3.651	4.381	2.191	1.460

(ii) *Risco de taxa de juros*

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O fluxo de caixa operacional da Companhia está exposto a taxas de câmbio e taxas de juros. Uma avaliação de um potencial impacto da exposição a risco de mercado é realizada periodicamente para sustentar o processo de tomada de decisão em relação à estratégia de gestão de fluxo de caixa, que poderá incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. A carteira de instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, capacitando a Companhia a avaliar adequadamente os resultados financeiros e seus impactos no fluxo de caixa e a garantir a correlação entre as estratégias implantadas e os objetivos propostos.

O risco da taxa de juros pode ser observado nas operações de empréstimos de longo prazo com taxa flutuante, porém tal exposição não compõe todo o portfólio de dívida da Companhia. Em geral, dívida com taxa flutuante em dólares americanos está sujeita às variações da Libor (London Interbank Offered Rate). Operações de empréstimos emitidas à taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros, mas não surtem impacto no fluxo de caixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, se necessário, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

**Análise de sensibilidade**

A Companhia entende que os efeitos da análise de sensibilidade para seus empréstimos e financiamentos atrelados ao dólar como insignificantes uma vez que os mesmos possuem taxas contratuais pré-fixadas.

**b. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com patrimônio líquido acima de 1 bilhão de dólares. No caso de clientes todas as entregas da Companhia são feitas aos próprios acionistas, eliminando por completo qualquer risco de inadimplência.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

**c. Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O eventual excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros e derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

### Passivos Financeiros não derivativos

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>				
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	396.344	(396.344)	-	-
Obrigações de aquisições de coligadas terceiros e partes relacionadas	88.025	(88.025)	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.191.847	(668.629)	(357.637)	(165.581)
Outras contas a pagar parte relacionadas	76.424	(76.424)	-	-
Arrendamentos	93.695	(40.317)	(28.534)	(24.844)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>				
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	333.242	(333.242)	-	-
Empréstimos e financiamentos	709.891	(178.299)	(310.140)	(221.452)
Outras contas a pagar parte relacionadas	26.379	(26.379)	-	-
Arrendamentos	122.803	(40.016)	(58.992)	(23.795)

### Passivos Financeiros derivativos

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>				
Instrumentos financeiros derivativos				
Saída	766	-	-	-
Entrada	-	-	(766)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	16.657	-	-	-
Saída	-	-	(16.657)	-
Entrada	-	-	-	-

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual.

## 7.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme

demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

### 7.3 Instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, caixa equivalente de caixa, arrendamentos e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, devido à suas características e prazos de vencimentos se aproximam do valor justo.

A Companhia adotou o CPC 40 (R1) para mensuração dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, e que requerem divulgação da hierarquia do valor justo.

	<u>Valor contábil</u>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	366.640	143.331
Contas a receber de cliente com partes relacionadas	18.425	27.081
Contas a receber de clientes	261.880	217.530
Outras contas a receber com partes relacionadas	3.894	6.202
Outros Recebíveis	<u>14.327</u>	<u>162.266</u>
	<b><u>665.166</u></b>	<b><u>556.410</u></b>
<b>Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Instrumento financeiro derivativo embutido (Nível 3)	2.620	48.148
Instrumento financeiro (Nível 3) (a)	143.436	-
Instrumento financeiro derivativo (Nível 2)	<u>-</u>	<u>16.592</u>
	<b><u>146.056</u></b>	<b><u>64.740</u></b>
<b>Ativos financeiros mensurados valor justo patrimonial</b>	<u>6.286</u>	<u>5.579</u>
Ações Eletrobras (Nível 1)		
<b>Ativos financeiros mensurados por outros resultado abrangentes</b>		
Instrumentos financeiros derivativos(Nível 2)	<u>166.772</u>	<u>90.964</u>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	164.307	184.076
Fornecedores parte relacionadas	232.037	149.166
Instrumentos financeiros com terceiros (a)	<u>147.234</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar com partes relacionadas	<u>76.424</u>	<u>26.379</u>
	<b><u>620.002</u></b>	<b><u>359.621</u></b>
<b>Passivo financeiros mensurados por outros resultado abrangentes</b>		
Instrumentos financeiros derivativos (Nível 2)	<u>766</u>	<u>16.657</u>

- (a) Refere-se à aquisição de 10% em julho de 2023 do projeto de energia sustentável Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.

### *Hierarquia de valor justo*

A tabela acima apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - *Inputs* diferentes dos preços negociados, em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia possui derivativos embutidos mensurados pelo valor justo por meio do resultado classificados como nível 3.

Operações com derivativos (*Non-Deliverable Forwards - NDFs*) - O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pré-fixadas são baseadas em taxas cotadas a preços futuros (*forwards*). Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir das fontes simulares (Bolsa Brasil Balcão – B3) que refletem a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar operações a termo de moeda (NDFs). A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte.

A Companhia possui derivativos mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes classificados como nível 2.

### 7.3.1 *Instrumentos financeiros derivativos*

#### a. **Derivativo embutido**

A Companhia, através do contrato de fornecimento de energia assinado em 11 de maio de 2004 junto a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE que entrou em vigor em 1º de junho de 2004, inclui um ajuste de preço relacionado ao preço do alumínio no mercado, que é regido pelo LME (London Metals Exchange). Se o preço do LME for maior que US\$ 1.450,00 por tonelada métrica até o limite de US\$ 2.773,21, a Companhia deverá acrescer esta diferença aos custos de aquisição da energia adquirida. A Companhia classificou a operação como de derivativo embutido e efetuou marcação a mercado futuro para LME em 31 de dezembro de 2023.

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Ativo não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(891)	-	(16.370)
Derivativo (Energia)	2.620	-	48.148	-
	<b>2.620</b>	<b>(891)</b>	<b>48.148</b>	<b>(16.370)</b>

No exercício de 2023 e 2022 segue apuração do cálculo do *mark-to-market* deste derivativo. Utiliza-se como principal parâmetro a curva futura de preços de energia. Essa curva é elaborada

por uma metodologia própria da instituição e é tornada pública a todos os agentes participantes. A marcação ao mercado ocorre pela simples diferença entre o contrato futuro existente (preço contrato x quantidade contrato) e o valor esperado segundo a curva futura (Preço x quantidade contrato). Apresentamos abaixo a respectiva movimentação do exercício:

**Método**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Saldo inicial	48.148	184.105
Ganho apurado no exercício	<u>(45.528)</u>	<u>(135.957)</u>
<b>Ativo não circulante</b>	<b><u>2.620</u></b>	<b><u>48.148</u></b>

Em 2023, a Companhia perdeu R\$ 45.528 (perda de R\$ 135.957 em 2022) apropriada na linha “operações de derivativos”, em resultado financeiro.

**Análise de Sensibilidade**

A análise de sensibilidade abaixo reflete o efeito no valor justo do derivativo embutido de energia que ocorreria, considerando-se uma variação para mais ou para menos de 25% e 50% nas variáveis de risco relevante em 31 de dezembro de 2023 e 2022: dólar, LME, taxas de juros e Volatilidade.

	<b>Impactos no resultado</b>			
	<b>(25%)</b>	<b>25%</b>	<b>(50%)</b>	<b>50%</b>
Efeito em milhões de Reais				
<b>31 de dezembro de 2023</b>				
<b>Derivativo embutido</b>				
LME	(3)	128	(112)	401
USD	(0.6)	0.6	(1.3)	1.3
Taxa de juros	0.04	(0.04)	0.09	(0.09)
Volatilidade	(2)	4	(3)	9
<b>31 de dezembro de 2022</b>				
<b>Derivativo embutido</b>				
LME	(53)	275	(265)	773
USD	(12)	12	(24)	24
Taxa de juros	4	(4)	8	(7)
Volatilidade	(23)	26	(39)	53

**b. Hedge de fluxo de caixa**

A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia visa cobrir riscos relativos às flutuações da moeda dólares americanos *versus* reais, relacionadas às vendas futuras esperadas de Alumínio. Assim, a Companhia designou cerca de 48 operações financeiras *non-deliverable forward* (“NDF”), com as instituições financeiras Itaú Unibanco S.A , Banco BNP Paribas S.A e Banco Bradesco. como um *hedge* de sua exposição à variabilidade nos fluxos de caixa futuros devido às flutuações na taxa de câmbio, garantindo maior estabilidade no fluxo de caixa da Companhia.

Para fins de teste prospectivo efetivo das operações contratadas, o índice visa medir o grau em que a mudança no valor justo, ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge atribuível ao risco protegido, é compensado pela mudança no valor justo ou no fluxo de caixa do instrumento de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2023 constam no balanço os seguintes saldos:

Em milhares de Reais	2023			Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA (BRL)	Imposto Diferido reconhecido em ORA (BRL) (ii)	Inefetividade de hedge reconhecida no resultado	Valor reclassificado da reserva de hedge para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela classificação
	Valor contábil	Ativos BRL(ii)	Passivos BRL						
<b>Risco Cambial</b>									
Contratos de câmbio a termo para vendas altamente prováveis	339.000	166.772	(766)	Instrumentos Financeiros Derivativos	166.006	(56.703)	-	153.776	Outras Despesas Operacionais

Em milhares de Reais	2022			Rubrica no balanço patrimonial em que o instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA (BRL)	Imposto Diferido reconhecido em ORA (BRL) (ii)	Inefetividade de hedge reconhecida no resultado	Valor reclassificado da reserva de hedge para o resultado	Rubrica no resultado afetada pela classificação
	Valor contábil	Ativos BRL(ii)	Passivos BRL						
<b>Risco Cambial</b>									
Contratos de câmbio a termo para vendas altamente prováveis	341.000	90.963	(16.657)	Instrumentos Financeiros Derivativos	74.306	(25.264)	-	36.395	Outras Despesas Operacionais

- (i) Valor apropriado em imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.
- (ii) Valor apropriado em imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo não circulante.

Em 2023, a Companhia liquidou 24 operações financeiras (24 operações financeiras em 2022), onde apurou um ganho de R\$ 153.776 (R\$ 36.395 em 2022) apropriada em receitas (despesas) operacionais, conforme nota explicativa nº 21.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	189.768	106.039
Aplicações financeiras (i)	176.872	37.292
	<b>366.640</b>	<b>143.331</b>

- (i) As aplicações financeiras consistem em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com remuneração média de 90% a 101% da variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI). Os CDBs possuem liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha. Adicionalmente, são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

## 9 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de terceiros - no país	263.615	219.265
Provisão para perdas esperadas - no país	(1.735)	(1.735)
	<b>261.880</b>	<b>217.530</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo (líquido) de contas a receber de clientes é composto da seguinte forma de vencimento:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
A vencer	239.606	130.298
Vencido (inferior a 30 dias)	22.175	87.232
Vencido (inferior a 90 dias)	99	-
Vencido (superior a 360 dias)	1.735	1.735
	<b>263.615</b>	<b>219.265</b>

Conforme apresentado acima, a Companhia possui como histórico o recebimento de seus recebíveis num prazo de até 90 dias após vencimento e não há histórico material de inadimplências, bem como o risco em relação as perdas no saldo dos seus clientes é bastante limitada e por esta razão, o risco de provisão para perdas é imaterial.

## 10 Estoques

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Produtos acabados	349.905	517.110
Produtos em processo	192.878	274.327
Matéria prima	107.984	228.245
Materiais auxiliares	164.592	170.171
Importação em andamento	160.289	28.751
Provisão ao valor realizável dos estoques	(4.557)	(3.022)
Provisão para obsolescência de materiais auxiliares (i)	(34.435)	(30.570)
	<b>936.656</b>	<b>1.185.012</b>

- (i) Valores relativos a provisão para obsolescência para estoques de materiais de uso e consumo, refletindo a potencial perda de valor destes itens.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "custo das vendas". No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 5.513.167 (em 2022 R\$ 5.242.812). Vide Nota 24 (c).

A Companhia identificou impactos relativos à provisão para redução ao valor realizável líquido dos estoques no montante de R\$ 4.557 em 31 de dezembro de 2023.

## 11 Partes relacionadas

### a. Transações e saldos

Os saldos destas contas estão representados por valores a receber e/ou a pagar relativos a transações comerciais, que têm como base o valor de mercado das *commodities* correspondentes. Todas as transações possuem contratos formais com prazos de pagamento/recebimento definidos.

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Nippon Amazon Aluminium Company Ltd. – NAAC	-	179.607	-	180.804
Atlas Alumínio S.A.	20.802	187.726	31.296	192.620
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	876	49.716	1.697	41.915
Mineração Paragominas S.A.	22	59.520	-	-
Hydro Aluminium Holdings Ltda	-	3.705	-	-
Companhia Alumina do Pará - CAP	-	-	7	-
Norsk Hydro Brasil Ltda.	619	5.346	283	5.226
Norsk Hydro Energia Ltda.	-	89	-	1.474
Hydro Rein Brasil Energia Renováveis Ltda	-	631	-	1.600
Hydro Rein Boa Sorte Holding B.V	-	28.916	16.592	-
Hydro Aluminium International S.A.	-	200	-	-
Norks Hydro ASA	-	343	-	307
Hydro Aluminium A.S	-	182.282	-	110.021
Hycast AS	-	58	-	81
Hydro Energ AS	-	-	-	32
Ananke Alumina S.A	-	-	-	4.072
Hydro Rein Invest AS	-	1.347	-	1.527
Hydro Aluminium AS	-	1.950	-	-
Norsk Hydro ASA	-	12	-	-
Hydro Extrusion Hungary	-	954	-	891
	<b>22.319</b>	<b>702.402</b>	<b>49.875</b>	<b>540.570</b>

Esses saldos com partes relacionadas estão incluídos nas seguintes contas do balanço patrimonial:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Ativo circulante</b>				
Clientes Partes relacionadas	18.425	-	27.081	-
Outras contas a receber com partes relacionadas	3.894	-	6.202	-
<b>Ativo não circulante</b>				
Instrumentos financeiros com partes relacionadas	-	-	16.592	-
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores partes relacionadas	-	232.037	-	149.166
Obrigação de aquisições de coligadas (REIN)	-	28.916	-	-
Dividendos a pagar	-	365.025	-	365.025
Outras contas a pagar com partes relacionadas (i)	-	76.424	-	26.379
	<b>22.319</b>	<b>702.402</b>	<b>49.875</b>	<b>540.570</b>

(i) Saldo a ser pago à Mineração Paragominas referente aos investimentos do programa Terpaz no montante de R\$ 59.520.

As transações comerciais e financeiras com partes relacionadas são os seguintes:

	2023		2022	
	Receita	Custo/ Despesa	Receita	Custo/ Despesa
<b>Venda de Produtos e Serviços</b>				
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd- NAAC	1.819.935	-	1.757.680	-
Hydro Aluminium International S.A.	833.771	-	222.216	-
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.	1.205	-	1.550	-
Hydro Extrusion Brasil S/A	2.836	-	-	-
Atlas Alumínio S.A	362.424	-	620.753	-
<b>Compra de matéria prima</b>				
Hydro Aluminium A.S	-	(1.047.241)	-	(1.141.579)
Ananke Alumina S.A.	-	(31.609)	-	(40.408)
Hydro Aluminium Holdings Ltda	-	(19.327)	-	-
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(1.448.430)	-	(1.432.259)
<b>Outros custos</b>				
Hydro Aluminium A.S	-	(12.485)	-	(4.426)
Hycast AS YCA	-	-	5	-
Norsk Hydro Brasil Ltda	-	(1.604)	-	(985)
Norsk Hydro ASA	-	(18)	-	-
Norsk Hydro Energia	-	(43)	-	(551)
<b>Despesas com vendas e comerciais</b>				
Norsk Hydro Brasil Ltda	-	(4.416)	-	(6.984)
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd- NAAC	-	(17.676)	-	(23.631)
Hydro Aluminium A.S	-	(242)	-	(60)
Atlas Alumínio S.A	-	(18.390)	-	(23.354)
<b>Outros</b>				
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	-	(2.477)	1.550	(993)
Hydro Aluminium A.S	-	(6.211)	-	(13.447)
Hydro Energ AS	-	(61)	-	(221)
Hydro Rein Brasil Soluções	-	(520)	-	-
Hydro Extrusion Hungary	-	(11.676)	-	(33)
Norsk Hydro Brasil Ltda	-	(51.664)	313	(46.218)
<b>Financeiras e variações cambiais</b>				
Nippon Amazon Aluminum Company Ltd - NAAC	-	(13.206)	-	(20.192)
Hydro Aluminium A.S	3.162	(7.223)	16.420	(168)
Atlas Brasil e Nergia Holding S.A	4	-	-	-
Hycast AS YCA	3	-	-	-
Hydro Extrusion Hungary	88	-	-	-
Hydro RG Invest AS	100	-	-	-
Hydro REIN Boa Sorte Holding B.V.	4.130	-	16.592	-
	<b>3.027.658</b>	<b>(2.694.519)</b>	<b>2.637.079</b>	<b>(2.755.509)</b>

Os valores referentes a estas transações estão incluídos nas seguintes contas da demonstração do resultado:

	2023	2022
Receita operacional bruta - venda de produtos e serviços	3.020.171	2.602.199
Custo dos produtos vendidos e serviços	(2.560.757)	(2.620.203)
Despesas de vendas e comerciais	(40.724)	(54.029)
Outras receitas / despesas administrativas	(72.609)	(59.049)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(12.942)	12.652
	<b>333.139</b>	<b>(118.430)</b>

**b. Remuneração da administração**

A remuneração do pessoal chave da administração totalizou R\$ 5.573 (R\$ 8.190 em 2022). Os benefícios de curto prazo abrangem, basicamente, a remuneração decorrente dos salários, bônus e gratificações pagos nos exercícios informados.

**12 Impostos e contribuições a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar**

	2023	2022
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	394.951	327.865
Programa de integração social – PIS	84.548	67.644
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.507	1.097
Reintegra - decreto 7633	7.388	4.891
Outros	1.863	4.042
	<b>490.257</b>	<b>405.539</b>
Circulante	110.604	195.422
Não circulante	379.653	210.117
Imposto de renda e contribuição social à recuperar		
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	58.834	57.304
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	21.819	21.284
Circulante	22.957	20.892
Não circulante	57.696	57.696

Desde 2011 a ALBRAS passou a contabilizar o Reintegra, que é um benefício as empresas produtoras que efetuam exportação de bens manufaturados e podem apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. O valor será calculado mediante a aplicação do percentual que em 2018 foi de 2% e 0,1%, sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica em referência. Foi criado pela Lei 12.546 de 2011 e está regulamentado atualmente pelo Decreto Lei 8.543 de 2015 e Decreto Lei 9.393, de 30 de maio de 2018.

Os impostos a recuperar de longo prazo referem-se substancialmente a PIS e COFINS sobre insumos vinculados ao processo produtivo que a Companhia compensa com outros tributos federais. Adicionalmente em 2022 foram contabilizado R\$ 57.696 referentes a reconhecimento de ganhos futuros através do Processo 0004020-30.1995.4.01.3400 (ação pleiteando o direito de aplicação do IPC de janeiro de 1989 para ajuste de lançamentos patrimoniais decorrentes da inflação e para restituição de tributos pagos nos últimos 05 anos).

Em 2023 foi realizada uma revisão das apurações dos créditos tributários de PIS e COFINS, referente aos últimos 12 meses do ano de 2022. Como resultado desta revisão, chegou-se a um montante adicional de créditos tributários de PIS e COFINS de R\$ 74.833 decorrentes, principalmente, da aquisições de ativos imobilizados, materiais de uso e consumo e serviços, em conformidade com a legislação tributária, critério da essencialidade no processo produtivo e valor da aquisição para fins de análise, de acordo com a materialidade empregada.

Diante desse contexto, houve uma reclassificação de créditos tributários sobre ativos fixos que faziam parte do custo de aquisição para a conta recuperável de PIS e COFINS no valor de R\$ 37.430

Vale ressaltar que o impacto no resultado é de R\$ 37.403, decorrentes de ajustes de novos créditos tributários sobre ativos fixos, materiais de uso e consumo, serviços e ajustes de depreciação.

Segue a composição dos principais impactos da revisão dos créditos tributários:

	<b>2023</b>
<b>Ativo</b>	
Créditos de PIS/COFINS	74.833
Ajuste sobre ativos fixos	(37.430)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>	<b>37.403</b>
	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>	
Créditos de PIS/COFINS	66.145
Ajuste sobre ativos fixos	(25.757)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>	<b>40.388</b>

## 13 Depósitos em garantias

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Circulante	91.296	-
Não Circulante	163.732	-
	<u><b>255.028</b></u>	<u><b>-</b></u>

Os valores mantidos em garantia no ativo circulante se referem ao Projeto de Energia Boa sorte Comercializadora de Energia e o valor apresentado no ativo não circulante é referente ao Projeto Vista Alegre Comercializadora de Energia

## 14 Outros recebíveis

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes outros recebíveis:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Seguro a receber – Evento Linha 2 (i)	-	151.050
Recebíveis energia – Mercado de Curto Prazo (MCP) / Cessão (ii)	3.774	1.084
Demais recebíveis (iii)	11.172	10.200
Provisão para perdas esperadas - no país	<u>(619)</u>	<u>(68)</u>

14.327      162.266

(i) Indenização a receber por danos causados pelo congelamento das cubas após o evento de arco elétrico no barramento da linha nº 2 em 19 de fevereiro de 2022, coberto pela apólice existente com a AXA XL Seguros.

(ii) Valores relativos à energia excedente no Mercado de Curto Prazo (MCP) em função da cessão de suas sobras contratuais e/ou contabilização e liquidação financeira das diferenças apuradas entre os montantes de energia elétrica contratados e consumidos no mercado livre de energia.

(iii) Valores correspondem, principalmente, a contas a receber com adiantamentos a empregados, antecipações com terceiros e vendas de sucatas.

## 15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
<b>Prejuízo (Lucro) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b><u>(393.687)</u></b>	<b><u>571.128</u></b>
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>133.853</b>	<b>(194.184)</b>
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Reintegra	902	673
Dedutibilidade do ARO (i)	-	1.984
IPC 89 (ii)	-	108.698
Doação TerPaz	(20.237)	-
Outros	<u>7.332</u>	<u>6.925</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b><u>121.850</u></b>	<b><u>(75.904)</u></b>
Corrente	-	(125.649)
Diferido	121.850	49.745
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>31%</b>	<b>13%</b>

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais diferidos reconhecidos no balanço patrimonial são de R\$ 192.086 (R\$ 70.237 em 2022), pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

*(i) ARO*

Em 2022 foi realizada a reapuração dos valores de IRPJ e CSLL, referente ao período de 2018 a 2022, com o objetivo de reconhecer a dedutibilidade dos gastos com desmontagem e retirada de ativos (ARO) na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Como resultado, a Companhia recuperou o montante de R\$10.052 em créditos tributários e reconheceu R\$8.772 em impostos diferidos.

O impacto no resultado é de R\$ 1.984, uma vez que não foi possível obter a dedutibilidade das despesas de ARO de anos anteriores a 2018.

*(ii) IPC 89*

A Companhia obteve uma decisão judicial favorável decorrente da ação ajuizada em 1995 para o direito de deduzir fiscalmente as despesas de depreciação, amortização e baixas, computando-se a variação do IPC de janeiro de 1989 de 70,28%, por entender inconstitucional a determinação do artigo 30 da Lei 7.799/89, de que a correção monetária dos balanços seja promovida pelo índice OTN, que não espelha efetivamente a inflação do período. O pedido realizado foi parcialmente reconhecido e a sentença garantiu à Companhia o direito de deduzir a correção monetária do balanço de 1989, computando a variação do IPC de janeiro de 1989 no percentual de 42,72% e para o período de fevereiro de 1989 de 10,14%. O trânsito em julgado da referida decisão ocorreu em outubro de 2017.

A Companhia realizou o cálculo do expurgo utilizando a melhor estimativa disponível, utilizando a premissa de efetuar um cálculo de proporção dos valores de depreciação acumulada de cada subgrupo de ativos a fim de obter a vida útil remanescente dos ativos pertencentes àquele subgrupo. No que tange ao risco de questionamentos acerca da não-tributação do Lucro Inflacionário, os assessores legais externos da Companhia emitiram uma opinião legal com o entendimento de que a coisa julgada do caso da companhia não determinou a atualização do Patrimônio Líquido, inclusive porque esta correção não foi requerida na ação, assegurando o direito de deduzir fiscalmente as despesas e contas indicadas no período.

A decisão transitada em julgado na Ação Ordinária assegura à Companhia o direito de reconhecer prejuízos fiscais nos anos-calendário de 1990, 1991, 1992, 1993 e 1994 em função do cômputo das despesas de depreciação, amortização e baixas corrigidas pela variação do IPC de janeiro (42,72%) e de fevereiro (10,14%) nesses mesmos anos-calendário e o direito de compensar o IRPJ e a CSLL indevidamente recolhidos nesses mesmos anos-calendário pela mesma variação do IPC. Como resultado a Companhia registrou um montante de R\$ 51.002 em créditos de prejuízo fiscal e R\$ 57.696 em créditos tributários.

*(iii) TERPAZ*

Refere-se a doações realizadas no âmbito do programa governamental “TERPAZ” que visa a construção de unidades de atendimento a população carente do estado do Pará.

**b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferido**

	2023	2022
Prejuízos fiscais de imposto de renda	138.168	54.900
Prejuízos fiscais de CSLL	29.976	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	20.449	25.649
Provisão para obsolescências	13.257	11.422
Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros - Derivativos	(7.936)	(22.012)
Provisão para perdas em Investimento	837	1.077
Provisão Participação dos Resultados	12.376	12.352
Provisão para perda de ativo	410	410
Provisão para perdas esperadas	800	613
Provisão beneficiamento RGC	4.906	3.745
IFRS 16 – Leasing	2.581	4.266
Credito Exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS	(23.937)	(23.937)
Outros	199	1.752
	<b>192.086</b>	<b>70.237</b>

Os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, para os quais não há prazo limite para utilização, e das diferenças temporárias, foram registrados com base na expectativa de geração futura de resultados tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais diferidos reconhecidos no balanço patrimonial são de R\$ 192.086 (R\$ 70.237 em 2022), pois é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. O valor do prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 348.664 (R\$ 15.592 em 2022).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A determinação da provisão para imposto de renda, ou o imposto de renda diferido ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação e custos de capital planejados.

## 16 Imobilizado

### Composição do saldo

	Terrenos, Edificações e Instalações Fabris	Equipamentos de transportes	Maquinas, equip. e mat. Permanente	Equip/aplicat. informatica	Encargos capitalizados	ARO - RGC	Arrendamentos	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
<b>Saldo em 1° de janeiro de 2022</b>										
<b>Custo</b>										
<b>Saldo inicial</b>	<b>303.997</b>	<b>25.974</b>	<b>1.864.683</b>	<b>76.342</b>	<b>24.332</b>	<b>26.187</b>	<b>149.282</b>	<b>2.470.797</b>	<b>281.939</b>	<b>2.752.736</b>
Aquisição	39.197	1.016	488.849	2.380	-	11.671	63.972	607.085	63.196	670.281
Transferência	-	-	-	26	-	-	-	26	-	26
Baixa	(289)	(266)	(139.882)	-	-	(5.354)	(47.543)	(193.334)	-	(193.334)
Ajuste	(1.336)	-	(32.875)	-	-	-	-	(34.211)	-	(34.211)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>341.569</b>	<b>26.724</b>	<b>2.180.775</b>	<b>78.748</b>	<b>24.332</b>	<b>32.504</b>	<b>165.711</b>	<b>2.850.363</b>	<b>345.135</b>	<b>3.195.498</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo inicial</b>	<b>(125.836)</b>	<b>(18.918)</b>	<b>(785.196)</b>	<b>(72.125)</b>	<b>(10.892)</b>	<b>(13.219)</b>	<b>(73.300)</b>	<b>(1.099.484)</b>	-	<b>(1.099.484)</b>
Baixa	170	249	112.223	-	-	5.354	47.543	165.540	-	165.540
Ajuste	129	-	8.334	-	-	-	-	8.463	-	8.463
Depreciação/exaustão no exercício	(12.724)	(2.073)	(215.283)	(1.797)	(1.004)	(4.345)	(32.695)	(269.925)	-	(269.925)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(138.261)</b>	<b>(20.742)</b>	<b>(879.922)</b>	<b>(73.922)</b>	<b>(11.896)</b>	<b>(12.210)</b>	<b>(58.452)</b>	<b>(1.195.406)</b>	-	<b>(1.195.407)</b>
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>203.308</b>	<b>5.982</b>	<b>1.300.853</b>	<b>4.826</b>	<b>12.436</b>	<b>20.295</b>	<b>107.259</b>	<b>1.654.957</b>	<b>345.135</b>	<b>2.000.091</b>
<b>Saldo em 1° de janeiro de 2023</b>										
<b>Custo</b>										
<b>Saldo inicial ajustado</b>	<b>341.569</b>	<b>26.724</b>	<b>2.180.775</b>	<b>78.748</b>	<b>24.332</b>	<b>32.504</b>	<b>165.711</b>	<b>2.850.363</b>	<b>345.135</b>	<b>3.195.498</b>
Aquisição (i)	72.599	5.450	327.085	332	-	7.564	13.752	426.782	117.822	544.604
Transferência	-	1.224	-	-	-	-	(1.224)	-	-	-
Baixa (ii)	(1.044)	(1.918)	(115.330)	-	-	(4.360)	(21.306)	(143.958)	-	(143.958)
Ajuste (a)	(2.119)	(94)	(44.909)	-	-	-	-	(47.122)	-	(47.122)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>411.005</b>	<b>31.385</b>	<b>2.347.621</b>	<b>79.080</b>	<b>24.332</b>	<b>35.708</b>	<b>156.933</b>	<b>3.086.064</b>	<b>462.957</b>	<b>3.549.022</b>
<b>Depreciação</b>										
<b>Saldo inicial</b>	<b>(138.261)</b>	<b>(20.742)</b>	<b>(879.922)</b>	<b>(73.922)</b>	<b>(11.896)</b>	<b>(12.210)</b>	<b>(58.452)</b>	<b>(1.195.406)</b>	-	<b>(1.195.406)</b>
Transferência	-	(1.224)	-	-	-	-	1.224	-	-	-
Baixa	561	1.908	89.402	-	-	4.360	21.306	117.536	-	117.536
Ajuste	162	22	10.340	-	-	-	-	10.525	-	10.525
Depreciação/exaustão no exercício	(15.938)	(2.605)	(251.273)	(1.677)	(1.004)	(6.523)	(37.904)	(316.926)	-	(316.926)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(153.476)</b>	<b>(22.641)</b>	<b>(1.031.453)</b>	<b>(75.600)</b>	<b>(12.901)</b>	<b>(14.373)</b>	<b>(73.826)</b>	<b>(1.384.271)</b>	-	<b>(1.384.271)</b>
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>257.529</b>	<b>8.744</b>	<b>1.316.168</b>	<b>3.480</b>	<b>11.431</b>	<b>21.335</b>	<b>83.107</b>	<b>1.701.793</b>	<b>462.957</b>	<b>2.164.750</b>

- (i) As adições foram, principalmente, no grupo de máquinas e equipamentos, em função dos gastos com os revestimentos das cubas, adicionalmente, contratos de *leasing* (IFRS16) relacionados à equipamentos industriais.
- (ii) As baixas significativas no exercício, ocorreram, principalmente, em função da substituição das reformas das cubas, término de contratos de *leasing*, sucateamento e outros.

**a. Revisão de créditos tributários**

Em 2023 foi realizado um trabalho de revisão de créditos tributários do PIS e da COFINS. Parte deste trabalho consistia em identificar valores de créditos tributários oriundos de ativos fixos que não haviam sido reconhecidos pela Companhia. Este levantamento gerou uma redução líquida de R\$36.597 (R\$ 25.757 em 2022) no imobilizado da Companhia sendo R\$47.122 (R\$34.223 em 2022) de valor de custo e R\$10.525 (R\$8.466 em 2022) de depreciação acumulada.

**b. Teste de Impairment**

A Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

Em 2023 e 2022, não foi identificado nenhum indicativo de perda que pudesse levar à necessidade da realização do teste de *impairment*.

**c. Outras informações**

A depreciação do período, alocada ao custo de produção e às despesas (gerais e administrativas), totaliza R\$ 292.479 (2022 - R\$ 249.101) e R\$ 13.926 (2022 - R\$ 12.360), respectivamente.

## 17 Investimentos em coligadas

As informações sobre a coligada da Companhia no encerramento do exercício são como segue:

	2023	2022
Participações em coligada	52.063	-
Ágio em coligada	53.616	-
	<b>105.679</b>	<b>-</b>

Nome da coligada	Atividade principal	Participação e capital votante detidos
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	Comercialização de energia	10%

A coligada acima está contabilizada nesta demonstração financeira pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas políticas contábeis da Companhia na nota explicativa nº 3.

Em julho de 2023, a Albras adquiriu uma participação de 10% na Companhia Boa Sorte Comercializadora de Energia de maneira estratégica para a Companhia, visando investir na autoprodução de energia sustentável.

Embora a Companhia detenha 10% da participação acionária na Coligada, a mesma exerce influência significativa em decorrência do Grupo a qual faz parte exercer influência significativa na Coligada.

Em decorrência do investimento na Coligada, em julho de 2023 a Companhia realizou um depósito em garantia no montante de R\$ 91.296.

## 18 Fornecedores terceiros

	2023	2022
Fornecedores no país (a)	163.424	182.620
Fornecedores no exterior	883	1.456
	<u>164.307</u>	<u>184.076</u>

- (b) Os fornecedores nacionais são relativos à prestação de serviços de terceiros, materiais utilizados na produção, entre outros.

## 19 Obrigações de aquisições de coligadas

	2023	2022
Obrigações de aquisições de coligadas – Partes relacionadas	28.916	-
Obrigações de aquisições de coligadas – Terceiros	59.109	-
	<u>88.025</u>	<u>-</u>

Obrigações referentes ao investimento na coligada Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., ao qual a Companhia realizou depósito restrito, conforme nota 13 - Depósito em Garantia. O montante demonstrado como terceiro refere-se à Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e o montante demonstrado como parte relacionada refere-se à Hydro REIN Netherlands BV, *sponsors* do projeto.

## 20 Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são contratados em dólares americanos e registrados no balanço como abaixo nas modalidades de Antecipação de contrato de Câmbio (ACC) e Pré Pagamento Exportação Modalidade 4131 (PPE):

Instituições Financeiras	Moeda	Encargos Financeiros	Vigência		2022	Captação	Amortização Principal	Amortização juros	Encargos Financeiros	Variação cambial	2023	Curto Prazo	Longo Prazo
			Início	Vencimento									
<b>Contratos de ACC</b>													
BANCO BRADESCO	USD	6,83%	10/04/2023	06/10/2023	-	25.190	(25.959)	(864)	864	769	-	-	-
BANCO BRADESCO	USD	6,97%	10/04/2023	27/10/2023	-	25.190	(24.740)	(979)	979	(450)	-	-	-
BANCO BRADESCO	USD	6,95%	10/04/2023	09/11/2023	-	25.190	(24.503)	(1.013)	1.013	(687)	-	-	-
BANCO BRASIL	USD	6,71%	05/05/2023	18/08/2023	-	35.098	(34.807)	(668)	668	(291)	-	-	-
BANCO BRASIL	USD	6,53%	05/05/2023	05/07/2023	-	35.098	(34.004)	(379)	379	(1.094)	-	-	-
BANCO BRASIL	USD	8,25%	07/07/2023	14/06/2024	-	39.745	-	-	1.672	(46)	41.371	41.371	-
BANCO BRASIL	USD	7,03%	13/10/2023	30/04/2024	-	30.396	-	-	454	(1.348)	29.502	29.502	-
BANCO BRASIL	USD	7,26%	13/10/2023	30/08/2024	-	10.132	-	-	156	(449)	9.839	9.839	-
BANCO BRASIL	USD	7,26%	13/10/2023	30/08/2024	-	15.198	-	-	234	(674)	14.758	14.758	-
BANCO BRASIL	USD	7,30%	13/10/2023	30/09/2024	-	30.396	-	-	472	(1.348)	29.520	29.520	-
BANCO ITAU	USD	6,88%	05/05/2023	06/10/2023	-	25.020	(25.959)	(744)	744	939	-	-	-
BANCO ITAU	USD	7,06%	05/05/2023	27/10/2023	-	25.020	(24.740)	(868)	868	(280)	-	-	-
BANCO ITAU	USD	7,25%	05/05/2023	05/12/2023	-	25.020	(24.761)	(1.041)	1.041	(259)	-	-	-
BANCO SANTANDER	USD	7,92%	24/10/2023	30/04/2024	-	25.167	-	-	367	(960)	24.574	24.574	-
BANCO SANTANDER	USD	8,24%	24/10/2023	30/09/2024	-	25.168	-	-	382	(961)	24.589	24.589	-
BANCO SANTANDER	USD	7,90%	24/10/2023	28/03/2024	-	35.235	-	-	513	(1.346)	34.402	34.402	-
<b>Total ACC</b>											<b>208.555</b>	<b>208.555</b>	

**Albras - Alumínio Brasileiro S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2023 e 2022*

Instituições Financeiras	Moeda	Encargos Financeiros	Vigência		2022	Captação	Amortização Principal	Amortização juros	Encargos Financeiros	Variação cambial	2023	Curto Prazo	Longo Prazo
			Início	Vencimento									
<b>PPE Modalidade 4131</b>													
BRADESCO S.A - 2022	USD	7,13%	17/12/2022	17/12/2025	235.494	-	-	(18.920)	18.223	(16.938)	217.859	108.929	108.929
SANTANDER -2021	USD	4,14%	11/08/2021	11/08/2024	177.829	-	(78.520)	(6.597)	4.719	(13.700)	83.730	83.730	-
BNP - PARIBAS -2019	USD	6,86%	16/12/2022	16/12/2023	83.758	-	(78.533)	(6.451)	6.451	(5.224)	-	-	-
BNP - PARIBAS -2022	USD	5,25% a 6,86%	28/07/2022	28/07/2025	213.736	-	-	(13.425)	13.032	(15.056)	198.288	101.463	96.826
BANCO SANTANDER -2023	USD	7,53%	05/07/2023	06/07/2026	-	90.847	-	-	3.390	(307)	93.930	32.438	61.493
BANCO SANTANDER -2023	USD	7,53%	05/07/2023	06/07/2026	-	162.927	-	-	6.080	(550)	168.457	59.335	109.123
BANCO ITAU - 2023	USD	7,83%	15/09/2023	15/09/2026	-	122.538	-	-	3.779	(1.505)	124.812	42.509	82.302
BRADESCO S.A - 2023	USD	8,16%	30/11/2023	14/11/2026	-	97.400	-	-	822	(574)	97.648	32.290	65.358
<b>Total PPE</b>					<b>710.817</b>						<b>984.724</b>	<b>460.694</b>	<b>524.031</b>
<b>Total Empréstimos</b>					<b>710.817</b>						<b>1.193.279</b>	<b>669.249</b>	<b>524.031</b>
Custo de transação dos empréstimos			Corrente		(313)								
Custo de transação dos empréstimos			Não corrente		(613)					(1.433)			
			<b>Passivo Circulante</b>		178.299						669.249		
			<b>Passivo não circulante</b>		531.592						522.598		

Em 2023, a Companhia contratou três novos empréstimo de longo prazo em moeda estrangeira, na modalidade “4131” com os bancos Santander S.A, Banco Itau e Banco Bradesco a taxa pré fixada média de 7,84% a.a, já incluído 15% de IR, pagamento de juros semestrais e amortizações de principal entre 12<sup>a</sup> a 36<sup>o</sup> mês.

Em 31 de dezembro de 2023 os empréstimos em moeda estrangeira (que são predominantes ao portfólio de dívida da empresa) estão apropriados no Ativo Circulante a US\$ 132.200 milhões e no Passivo Não Circulante a US\$ 108.200 milhões.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados a longo prazo (não circulante) se aproximam ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Em 31 de dezembro de 2023, a posição em aberto é a seguinte:

	<b>2023</b>
2025	358.256
2026	165.774
	<b>524.030</b>

A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos a necessidade de apresentação de garantias bem como não há qualquer indicativo de não atendimento à cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

## 21 Arrendamentos

### a. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado. Sua movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 14.

### b. Passivos de arrendamentos

Os efeitos passivos relativos aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamento financeiro em conjunto com a classificação contábil de ativos de direito de uso mencionados são conforme tabela abaixo:

	Pagamentos mínimos futuros de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Menos de um ano	49.201	51.175	8.883	11.159	40.317	40.016
Entre um e cinco anos	58.932	97.699	5.555	14.912	53.378	82.787
	<b>108.133</b>	<b>148.84</b>	<b>14.438</b>	<b>26.071</b>	<b>93.695</b>	<b>122.803</b>
Circulante		-		-	40.317	40.016
Não circulante		-		-	53.378	82.787

Em 2023, os arrendamentos apresentaram a seguinte movimentação:

	<b>Arrendamentos</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b><u>82.675</u></b>
Adições	63.972
Pagamentos	(30.213)
Juros	6.369
Variação Cambial	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b><u>122.803</u></b>
Adições	13.752
Pagamentos	(54.306)
Juros	11.446
Variação Cambial	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b><u><u>93.695</u></u></b>

## 22 Provisões

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

	<b>Depósitos judiciais</b>		<b>Provisões</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Tributárias	3.003	-	16.886	30.209
Cíveis	-	-	4.659	4.175
Trabalhistas e previdenciárias	6.185	5.377	12.768	9.834
Ambiental	-	-	3.951	7.581
Restauração ambiental (Nota Explicativa 3.10)	-	-	58.403	55.706
	<b><u>9.188</u></b>	<b><u>5.377</u></b>	<b><u>96.667</u></b>	<b><u>107.504</u></b>
Circulante	-	-	7.960	5.996
Não circulante	9.188	5.377	88.707	101.508

A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisões</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>11.488</b>	<b>102.737</b>
Adições	1.475	26.598
Pagamentos	(2.035)	(13.467)
Reversões	(6.038)	(16.823)
Atualizações monetárias	487	8.459
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.377</b>	<b>107.504</b>
Adições	3.424	9.483
Pagamentos	(90)	(12.664)
Reversões	(84)	(16.523)
Atualizações monetárias	561	8.867
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9.188</b>	<b>96.667</b>

**a. Natureza das provisões**

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A Companhia mantém constituída em 31 de dezembro de 2023 provisões dessa natureza no passivo não circulante de R\$ 36.034 (R\$ 51.799 em 2022). A natureza das obrigações pode ser resumizada como segue:

- **Tributárias** - A provisão realizada consiste, principalmente, em discussão sobre a incidência de contribuições previdenciárias sobre previdência complementar e participação nos lucros e resultados pagos pela empresa no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2005, assim como, glosas sobre compensação de créditos de Contribuição Social ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2003 e 2013.
- **Trabalhistas** - A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda do processo, considerando o valor de cada causa/condenação, sendo que as reclamações trabalhistas estão relacionadas, principalmente, à pedidos de verbas rescisórias, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços.
- **Cíveis** - A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda de processos envolvendo o valor de cada causa/condenação, sendo que as ações referem-se, principalmente a ações de indenização nas quais a Companhia foi condenada por supostos danos sofridos com contrato celebrado fornecedor e/ou em ônus sucumbenciais. Processos são classificados como prováveis quando há ao menos sentença de primeira instância desfavorável e/ou provas evidentes do pleito autoral.

**b. Restauração ambiental**

A Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente

dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente no circulante e não circulante no valor de R\$ 33.537 (R\$ 31.309 em 2022).

O montante refere-se ao valor presente da estimativa dos custos totais utilizando uma taxa de desconto médio de 9,97%.

- Adicionalmente, a Companhia mantém uma provisão ambiental para a restabelecimento de uma área que era utilizada como depósito de rejeitos. Este montante está registrado no passivo não circulante no valor de R\$ 24.866 (R\$ 24.397 em 2022) e encontram-se a valor presente sendo atualizado mensalmente.

### **c. Processos judiciais possíveis de perda, não provisionadas no balanço**

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Tributárias (i)	850.051	696.008
Ambientais (ii)	1.681.115	1.489.695
Cíveis (iii)	327.365	244.240
Trabalhistas (iv)	7.857	5.267
	<b>2.866.388</b>	<b>2.435.210</b>

- (i) As contingências tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos relativos ao não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre cessão de excedente de energia elétrica no valor de R\$ 277.179, bem como sobre TUST R\$ 153.169, entre os anos de 2008 e 2013, às glosas ocorridas em pedidos de restituição ou compensação de créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 e 2013 no valor de R\$ 108.649, à suspensão/isenção de tributos federais em operações de importação através do regime de drawback no valor de R\$ 88.942, bem como tributação sobre taxa de contrato de *off take rights* R\$ 63.252.
- (ii) As contingências ambientais não provisionadas decorrem da expectativa de êxito/perda do processo de acordo com a fase atual que se encontra bem como a existência de decisão condenatória, sendo que as ações ambientais estão relacionadas, principalmente à pedidos de indenização por danos materiais e morais por alegados danos ambientais decorrentes das atividades operacionais da empresa.
- (iii) O montante relacionado às contingências cíveis classificadas como possíveis referem-se, principalmente, a processos envolvendo cobrança por fornecedor decorrente de alegados danos sofridos com contrato celebrado com a Companhia e contestação da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que foi cobrada dos consumidores livres. Processos são classificados como possíveis quando ainda não há sentença de primeira instância e/ou provas evidentes do pleito autoral. Adicionalmente, R\$ 80 milhões correspondem à correção monetária dos processos da base de energia.
- (iv) A provisão realizada decorre da expectativa de êxito/perda do processo de acordo com a fase atual que se encontra, considerando 50% do valor da causa dos processos, sendo que as reclamações trabalhistas, estão relacionadas, principalmente à pedidos de verbas rescisórias, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, doença/acidente de trabalho, danos morais e materiais, dentre outras. As reclamações trabalhistas envolvem tanto ex-empregados próprios do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas para prestação de serviços

## **23 Patrimônio líquido**

**a. Capital**

O capital social subscrito e integralizado, é 1.278.909.900 ações ordinárias. Sendo 652.244.049 de ações Ordinárias Classe "A" e 626.665.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1.00 por ação.

Em AGE de 01 de dezembro de 2023 foi aprovado em unanimidade e sem ressalva o aumento de capital social da companhia em R\$150.000.000,00, mediante a emissão de 150.000.000 de novas ações ordinárias, representadas por 76.500.000 ações classe "A", e 73.500.000 ações classe "B" todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00.

Nova composição do capital social da Companhia após o aporte de capital:

ACIONISTA	POSIÇÃO ACIONÁRIA			AGE			POSIÇÃO ACIONÁRIA			
	EM 31/12/2022			dez/23			EM 31/12/2023			
	Ações ordinárias			Ações ordinárias			Ações ordinárias			
%	Quantidade	Classe	RS	Quantidade	Classe	%	Quantidade	Classe	RS	
Atlas Alumínio S.A.	51	575.744	A	575.744	76.500	A	51	652.244	A	652.244
Nippon Amazon Aluminium Ltd. - NAAC	49	553.166	B	553.166	73.500	B	49	626.666	B	626.666
	<b>100</b>	<b>1.128.910</b>		<b>1.128.910</b>	<b>150.000</b>		<b>100</b>	<b>1.278.910</b>		<b>1.278.910</b>

**b. Reservas de capital**

A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º, realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

**c. Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembléia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

**d. Reserva especial**

Esta reserva especial foi efetuada na proporção da depreciação e da baixa de bens reavaliados.

**e. Reserva de incentivos fiscais**

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais,

reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

**f. Reserva de lucros para expansão**

A Companhia constitui a reserva de lucros para expansão para atender a projeto de investimento, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está justificada com o orçamento de capital proposto pela administração da Companhia.

**g. Destinação do resultado do exercício**

A administração proporá aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2023:

	2023	2022
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	(271.837)	495.224
Reserva reavaliação/especial – realização	<u>-</u>	<u>967</u>
Lucro ajustado com a realização da reserva	-	496.191
Reserva legal – constituição	<u>-</u>	<u>(24.761)</u>
	<u>(271.837)</u>	<u>471.430</u>
<b>Resultado do exercício a ser destinado:</b>	<u>-</u>	<u><b>471.430</b></u>
Dividendos propostos (50%)	-	(235.715)
Reserva de lucros para expansão e investimentos	-	(235.715)

Abaixo, apresentamos a movimentação dos dividendos a pagar no exercício:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><b>258.619</b></u>
Dividendos pagos - AGE 08.12.2022	(129.309)
Dividendos propostos (50%)	235.715
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<u><b>365.025</b></u>
Dividendos pagos	-
Dividendos propostos (50%)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<u><b>365.025</b></u>

Em AGE de 30 de Abril de 2023 foi deliberado que os dividendos relativos ao lucro de 2022 no valor de R\$ 235.715 serão pagos respectivamente em dezembro de 2024 e 2025 respectivamente, sobre o saldo remanescente de 2021 R\$ 129.310 a administração esta reavaliando uma nova data de pagamento.

## 24 Outras informações

**a. Obrigações contratuais**

A Companhia é suprida de energia elétrica pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (empresa pública do setor de energia), através de contrato de fornecimento de longo prazo até dezembro de 2024. A Companhia, seguindo o cronograma contratual desembolsou em junho de 2007 a última parcela da antecipação do valor de R\$ 1.200.000 a título de pré-pagamento, com período final de amortização em dezembro de 2024.

A movimentação do mencionado adiantamento encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2023	2022
Adiantamento (pré-pagamento)	1.200.000	1.200.000
Baixas	<u>(1.136.842)</u>	<u>(1.078.542)</u>
	<b><u>63.158</u></b>	<b><u>121.458</u></b>
Circulante	58.300	58.300
Não circulante	4.858	63.158

A Companhia mantém acordo contratual com a Alunorte e recebeu em 2023, aproximadamente, 862 mil toneladas métricas de alumina (784 mil em 2022), com preço calculado com base no Acordo Básico de Vendas.

Em 31 de dezembro de 2023, não havia qualquer saldo pendente relativo à quantidade contratada para o exercício, inexistindo, portanto, qualquer direito a esse tipo de cobrança.

## **b. Receita líquida de vendas de produtos e serviços**

	2023	2022
Venda de produtos		
Alumínio (i)	5.756.150	6.491.151
Venda de serviços e outros (ii)	<u>19.216</u>	<u>50.174</u>
	<b><u>5.784.366</u></b>	<b><u>6.541.325</u></b>
Impostos		
Venda de produtos – Alumínio	(350.539)	(521.876)
Venda de serviços e outros	<u>(2.146)</u>	<u>(5.103)</u>
	<b><u>(352.685)</u></b>	<b><u>(526.979)</u></b>
	<b><u>5.431.681</u></b>	<b><u>6.014.346</u></b>

### **Receita operacional líquida**

(i) A variação entre exercícios ocorreu principalmente devido a queda de 9% do faturamento bruto, principalmente pelo preço LME (London Metal Exchange) - indicador internacional de alumínio, que sofreu uma redução de 15%. Além disso, devido ao efeito do maior faturamento para o mercado exterior, onde o prêmio de venda é menor do que no mercado doméstico. Em compensação, em 2023 houve maior produção de alumínio pela Albras, impactando em 15% de aumento do volume vendido.

(ii) Em 2023, a Companhia realizou R\$ 19.216 (R\$ 50.174 em 2022) de receita com a cessão de direitos e outros. Deste total, R\$ 8.370 (R\$ 37.853 em 2022) se refere à cessão de energia e o saldo remanescente, de R\$ 10.846 (R\$ 12.321 em 2022), trata-se da venda de sucata e serviços.

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	2023	2022
Ásia	1.819.935	1.757.680
Europa	<u>833.771</u>	<u>222.216</u>
Mercado externo	2.653.706	1.979.896
Mercado interno	<u>3.111.444</u>	<u>4.511.255</u>
	<b><u>5.765.150</u></b>	<b><u>6.491.151</u></b>

Parte relacionada	3.066.913	2.600.336
Outros	<u>2.698.237</u>	<u>3.890.815</u>
	<u><b>5.765.150</b></u>	<u><b>6.491.151</b></u>

**c. Custo dos produtos vendidos e serviços**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Custos fixos</b>		
Pessoal	(212.487)	(189.150)
Material	(94.836)	(79.581)
Depreciação	(292.526)	(231.399)
Outros	(131.449)	(89.797)
Variação de Estoque (i)	(310.402)	153.821
	<u><b>(1.041.700)</b></u>	<u><b>(436.106)</b></u>
<b>Custos variáveis (ii)</b>	<u><b>(4.471.467)</b></u>	<u><b>(4.773.845)</b></u>
<b>Excedente do custo fixo por redução da produção (iii)</b>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(32.861)</b></u>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<u><b>(5.513.167)</b></u>	<u><b>(5.242.812)</b></u>

- (i) Os gastos apresentados nessa linha são compostos pelas variações de estoque de produtos em processo e acabado em função da oscilação de quantidade e preço entre os anos de 2022 e 2023.
- (ii) Os custos variáveis foram impactados pelo menor preço das matérias primas.
- (iii) Esse valor é referente a eventos ocorridos na planta que causam perda de produção (*curtailment*). Em 2022 ocorreu o curto circuito na área do barramento, o que afetou a produção do Albras, o valor dessa perda foi calculado em R\$ 32.861. Em 2023 não tivemos nenhum evento que provocasse perda de produção.

## 25 Receitas (despesas) operacionais

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Vendas e comerciais</b>		
Taxas e serviços carga	(76.336)	(86.004)
Demurrage	(1.627)	(3.426)
Partes relacionadas	(40.724)	(54.029)
Outras	<u>(14.983)</u>	<u>(12.658)</u>
	<b><u>(133.670)</u></b>	<b><u>(156.117)</u></b>
<b>Gerais e administrativas</b>		
Pessoal e benefícios	(35.156)	(23.882)
Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros)	(45.563)	(45.196)
Tributos	(39.290)	(27.704)
Partes relacionadas	(72.609)	(59.049)
Depreciação e amortização	(12.793)	(10.686)
Remuneração dos administradores	(5.573)	(8.190)
Outras	<u>(35)</u>	<u>(4.607)</u>
	<b><u>(211.019)</u></b>	<b><u>(179.314)</u></b>
<b>Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas</b>		
Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	7.162	(5.024)
Doações SBI Sustainable Barcarena Iniciative	(2.100)	(1.500)
Revisão de créditos tributários(i)	24.613	73.530
Ressarcimento com seguro (ii)	-	329.550
Despesas incorridas na subestação da linha de redução I (iii)	(149)	(66.119)
Reintegra	2.654	1.980
Provisão de obsolescência	(3.864)	(2.335)
Perda / ganho pré-pagamento – Eletronorte	52.100	47.607
PIS/COFINS sobre outras receitas	(4.923)	(13.331)
Provisão com perdas esperadas	(552)	2.066
Baixa de ativos	(26.423)	(27.779)
Participação Resultados exercício anterior	1.902	(7.651)
Despesas legal processos ativos e passivos	(921)	(16.145)
Despesas Consultoria Energia	(2.126)	(12.958)
Despesas Covid -19	(853)	(18.106)
Programa governamental de Incentivo ao consumidor cativo de energia (iv)	-	(30.288)
Despesas coparticipativas com CCE exercicios anteriores(v)	(7.772)	-
Mudança de estimativa ARO/RGC Cubas	1.309	(20.330)
Ganho com Hedge (vi)	153.776	36.395
Projeto Social do Governo do Estado do Pará – TERPAZ	(59.520)	-
Outras	<u>(43.654)</u>	<u>(28.722)</u>
	<b><u>90.659</u></b>	<b><u>240.840</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b><u>(254.030)</u></b>	<b><u>(94.591)</u></b>

- (i) Em 2022 foi efetuada a revisão do cálculo e a composição do crédito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, gerando um valor negativo de R\$5.863., e realizada uma revisão das apurações dos créditos tributários de PIS e COFINS, referente aos últimos 12 meses do ano de 2021, com um impacto no resultado de R\$ 31.510, são referentes a créditos tributários sobre ativos fixos, materiais de uso e consumo, serviços.

Além disso, teve uma avaliação tributária do PIS e COFINS sobre o derivativo embutido da Eletronorte e considerando o seu tratamento contábil, como hedge não especulativo visando à proteção das receitas, houve a necessidade de reconhecê-lo como receita financeira tributado a alíquota zero para PIS e COFINS. Diante desse contexto, foi realizado a revisão para recuperar os valores tributados indevidamente nos últimos 5 anos, no montante de R\$ 41.376.

Contudo, analisando a legislação do PIS e COFINS e a jurisprudência atual, em relação as indenizações de seguros, a recomendação é de não recolher o PIS e COFINS sobre os danos materiais e sobre os prejuízos decorrentes da paralisação das parcelas da indenização e recolher o PIS e COFINS apenas sobre a parcela dos lucros cessantes com a alíquota de 4,65%. Desta forma, foi identificado o valor R\$ 6.507 de PIS e COFINS recolhido a maior, referente a competência de dezembro de 2020.

Em 2013 a revisão das apurações dos créditos tributários de Pis e Cofins referentes aos últimos 12 meses do ano de 2022 impactaram o resultado em R\$ 24.613.

- (ii) Indenização recebida pelos prejuízos em consequência do evento de arco elétrico no barramento da linha nº 2 de produção, ocorrido em fevereiro de 2022, coberto pela apólice existente com a Mapfre Seguros Gerais.
- (iii) Despesas incorridas, principalmente, com serviços e materiais em função do evento de arco elétrico no barramento da linha nº 2 de produção, em fevereiro de 2022.
- (iv) Despesa relacionada a Resolução nº 02/2021 emitida pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), publicada em 31 de agosto de 2021, que estabeleceu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para os consumidores cativos, o processo comandado pela ANEEL definiu que tais custos deveriam ser cobrados dos grandes consumidores de energia.
- (v) Valor referente a debito da CCE ( Camara de comercio de Energia) com um agente do sistema elétrico desligado referente ao ano de 2021e que a ALBRAS por ser uam associada no sistema elétrico responde como coparticipativa.
- (vi) Os ganhos com o Hedge são representados principalmente pela queda na taxa do dólar americano em realção ao real o que favoreceu as liquidações de 2023, visto que para os contratos fechados para esse exercício a taxa de dólar contratada estavam bem acima das taxas realizadas oque gerou ganhos elevados.

## 26 Resultado financeiro

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos s/empréstimos e financiamentos (iv)	(67.651)	(26.391)
Juros sobre arrendamentos	(11.446)	(8.615)
Operações com derivativos embutidos(i)	(45.528)	(135.957)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(2.031)	(27.347)
Outras	(1.803)	(3.186)
	<b>(128.459)</b>	<b>(201.496)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	4.756	7.862
Correção monetária IPC89 (ii)	7.235	17.718
Operações com derivativos - Boa Sorte(iii)	4.130	16.592
Juros obtidos	2.711	5.759
Variações cambiais	49.471	44.161
Outras	1.985	3.589
	<b>70.288</b>	<b>95.681</b>
	<b>(58.171)</b>	<b>(105.815)</b>

### Resultado financeiro, líquido

- (i) Vide Nota explicativa 6.3.1 (a).
- (ii) Correção monetária sobre os ganhos reconhecidos do processo referente ao direito de aplicação do IPC de janeiro de 1989 para ajuste de lançamentos patrimoniais decorrentes da inflação e para restituição de tributos pagos nos últimos 05 anos.
- (iii) Vide Nota explicativa 6.3.1 (b);
- (iv) Maior volume de empréstimos contratados se comparado a 2022. Vide Nota 16

\* \* \*

João Batista Fialho de Menezes  
Diretor executivo

Luiz Roberto Silva Junior  
Gerente executivo financeiro

Aline Vaskys Rocco  
Contadora  
CRC: 1SP293164/0-9